

Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital: conexões contra a dupla opacidade¹

Tarcízio SILVA²
Universidade Federal do ABC

Resumo: O artigo apresenta uma introdução à Teoria Racial Crítica, *framework* teórico-metodológico proposto inicialmente por pesquisadores do Direito para combater a aplicação racista da legislação, a debates e objetos contemporâneos da comunicação digital. A Teoria Racial Crítica (TRC) transpôs as fronteiras do Direito e tem sido aplicada em diversos países afrodiáspóricos à Educação, Sociologia e outras áreas como a Comunicação, mas ainda tangencial nesta última. Com o objetivo de colaborar para as conexões deste *framework* teórico, o artigo apresenta e discute do ponto de vista da comunicação digital seis pilares definidores da TRC: a) a ordinariedade do racismo; b) construção social da raça; c) interseccionalidade e anti-essencialismo; d) reconhecimento do conhecimento experiencial; e) agência no combate efetivo da opressão racial; f) e a interdisciplinaridade.

Palavras-chave: teoria racial crítica; comunicação digital; algoritmos; plataformas digitais; raça

Teoria Racial Crítica

Qual o lugar do debate sobre categorias e identidades raciais, do ponto de vista de construção de comunidades por empatia étnico-racial, de um lado, e das opressões e dominações racializadas, por outro, nos estudos sobre internet? Em revisão bibliográfica dos estudos de internet sobre raça e racismo, Daniels (2013) concluiu que a literatura dos *Internet Studies* reproduz a exotização da alteridade, resiste à análise honesta do racismo enquanto sistema e a recusa de ver o papel da branquitude, nunca racializada quanto os demais grupos minorizados. Assim, precisaríamos de “um forte *framework* teórico que reconheça a persistência do racismo online enquanto simultaneamente reconheça as profundas raízes da desigualdade racial nas estruturas sociais existentes que moldam a tecnocultura” (DANIELS, 2013, p. 711, trad. livre).

Defendemos que a *Teoria Racial Crítica* (TRC)³ é este *framework* teórico interdisciplinar contra o que chamamos de dupla opacidade, o modo pelo qual os

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC), membro do NEAB-UFABC e cofundador do IBPAD. E-mail: eu@tarciziosilva.com.br

discursos hegemônicos invisibilizam tanto os aspectos sociais da tecnologia quanto os debates sobre a primazia de questões raciais nas diversas esferas da sociedade – incluindo a tecnologia, recursivamente. A Teoria Racial Crítica tomou forma nos EUA durante o final dos anos 1970, reunindo inicialmente professores, advogados, ativistas e pesquisadores do Direito preocupados tanto com a estagnação dos avanços obtidos pelos movimentos de direitos civis no país quanto com a aplicação discrepante da lei ao mesmo tempo em que se defendia sua neutralidade. Um dos eventos fundadores foi o curso e livro de Derrick Bell, primeiro professor afro-americano na escola de Direito de Harvard, *Race, Racism and American Law*. Bell desafiou as concepções liberais do Direito como “cegueira racial”, integracionismo e “igualdade legal formal” que apenas serviam à retórica do poder contra qualquer debate racial, em sua leitura.

A saída de Harvard de Bell deflagrou um movimento, por estudantes, para solicitar a manutenção de um curso sobre raça e racismo no direito do ponto de vista de algum/a professor/a de grupo minorizado e racializado, como afro-americanos ou asiáticos-americanos. Entretanto, Harvard negou-se a levar esta solicitação em consideração. Como resultado, estudantes criaram o “The Alternative Course” (“O Curso Alternativo”), que se tornou a primeira expressão institucionalizada da Teoria Racial Crítica ao juntar diversas pensadoras e pensadores que desenvolveram a perspectiva ao longo das próximas décadas (CRENSHAW et al, 1996).

Desafiando a força institucional da universidade ao desenvolver seu próprio evento, os proponentes da TRC manifestaram o poder das contra-narrativas como alternativas a um fazer científico falho por se pretender neutro enquanto representava apenas interesses de uma elite limitada. Allen, de acordo, identifica na Comunicação, que a teorização nos campos hegemônicos da disciplina “geralmente não mergulha nas dinâmicas raciais de poder. Além disto, raramente menciona racismo de modo a explicitamente analisar questões de níveis macro” (ALLEN, 2007, p.260, trad. livre). Então seguimos na identificação e descrição de alguns dos principais pressupostos e objetivos da Teoria Racial Crítica (TRC): a) a ordinariedade do racismo; b) a visão sobre raça e das relações raciais como construção social; c) interseccionalidade e anti-

³ Originalmente Critical Race Theory, também traduzida por “Teoria Crítica da Raça” ou “Teoria Crítica Racial”.

essencialismo; d) a importância do reconhecimento do conhecimento experiencial; e) a agência da TRC no combate efetivo da opressão racial; f) e a necessária interdisciplinaridade (FERREIRA, 2014; CAPPER, 2015; DELGADO & STEFANCIC, 2017; FERREIRA & QUEIROZ, 2018).

Ordinariedade do Racismo

Vivemos em um mundo que “foi fundamentalmente moldado nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e a gradual consolidação da supremacia branca global” (MILLS, 2014, p.354, trad. livre). No Brasil, as manifestações contemporâneas e mensuráveis da supremacia branca podem ser citadas do macro ao micro, de economia e emprego à violência obstétrica: mulheres negras recebem em média apenas 50% do que recebem homens brancos⁴; apenas 4,7% do quadro executivo das maiores empresas do Brasil é composto por pessoas negras⁵; estudantes negros representam apenas 28,9% na pós-graduação; 75% das vítimas de homicídio no país são negras⁶; e mulheres negras são 66% das vítimas de violência obstétrica⁷.

Estes dados e outras realidades sociais percebidas pela população negra brasileira, levaram Nascimento a falar da iniquidade como característica fundamental do Estado brasileiro, pois “tem sido a cristalização político-social dos interesses exclusivos de um segmento elitista, cuja aspiração é atingir o *status* ário-europeu em estética racial, em padrão de cultura e civilização” (NASCIMENTO, 2019, p. 286), através de um “pacto narcísico” que inclui um esforço contínuo de exclusão econômica, moral, afetiva e política dos negros no universo social brasileiro (BENTO, 2002). Então a ideia de que atos de racismo são apenas aqueles explícitos ligados à discriminação inequívoca e geralmente discursiva ignora as formas mais insidiosas de racismo que mantêm e reproduzem as desigualdades abissais de forma recursiva. Consequentemente a Teoria Racial Crítica vê o racismo como “ordinário, não aberracional – “ciência normal”, o modo usual pela qual sociedade funciona, a experiência comum e cotidiana da maior

⁴ <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmet.pdf>

⁵ http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf

⁶ <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>

⁷ <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/segundo-ministerio-da-saude-62-8-das-mulheres-mortas-durante-o-parto-sao-negras>

parte das pessoas de cor deste país” (DELGADO & STEFANCIC, 2017, p.8, trad. livre), sido definida como a investigação crítica sobre como o Direito “reproduz, reifica e normaliza racismo na sociedade, em particular para indivíduos de classe baixa e pessoas racializadas” (LÓPEZ, 2003, p.83, trad. livre). Ao enfatizar o olhar sobre os processos de reprodução, reificação e normalização do racismo em seu campo de emergência, a TRC naturalmente foi expandida para outros campos onde a população afrodiáspórica passou a ter um olhar crítico e lugar de fala e análise sobre a realidade social.

Ganham lentamente corpo na pesquisa sobre comunicação e sociedade as questões raciais, ao mesmo tempo que a ameaça oferecida “pela supremacia branca online é risco epistemológico à nossa acumulação e produção de conhecimento sobre raça, racismo e direitos civis na era digital” (DANIELS, 2009, p.8, trad. livre). Por exemplo, a lassidão da pesquisa sobre raça e racismo online contrastou com a visão estratégica de membros da KKK que, como documenta Daniels, viam na internet uma possibilidade de “criar uma reação em cadeia de esclarecimento racial que vai chacoalhar o mundo pela velocidade de sua conquista intelectual” nas palavras do supremacista branco David Duke em 1998 (DANIELS, 2018, p.64). Duke é ativo apoiador do portal neonazista Stormfront, responsável por uma das primeiras grandes estratégias análogas a *fake news* - ao comprar o domínio *martinlutherking.org*, simular um website sério e publicar informações falsas sobre o ativista negro.

Aqui, esta percepção sobre a ordinariedade do racismo é especialmente importante quanto aos impactos tecnológicos sobre relações raciais em um mundo construído sobre a retroalimentação entre capitalismo e supremacia branca (NASCIMENTO, 2016, 2019; MILLS, 2014; SOUZA, 2017). Podemos falar de uma dupla opacidade da dificuldade de tratarmos tanto de questões raciais quanto da incorporação de valores em dispositivos tecnológicos – sobretudo os que reúnem mais e mais dispositivos automatizados como os algorítmicos.

Vinte anos depois da citação acima de Duke, o uso de plataformas digitais como mídias sociais e mensageiros *mobile* virou o jogo em eleições e referendos por todo o mundo, enquanto ainda há batalhas discursivas se estes movimentos são ou não extremistas ou supremacistas. A construção das sociedades modernas é fruto de colonização e racialização desenvolvida ao longo de séculos e, portanto, “somente

entendendo a descolonização e a desracialização eles (acadêmicos da diáspora africana) poderiam entender o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade moderna” (ZUBERI, 2016, p.476).

Ao ignorar as relações étnico-raciais no processo de design e construção de dispositivos de comunicação digital, “a indústria tech deixou uma abertura para nacionalistas brancos – e eles estão sempre procurando oportunidades para empurrar sua ideologia” (DANIELS, 2018, p.63, trad. livre) ao paroxismo do final dos anos 2010s.

Raça como Construção Social

Apesar da aparente superação do racismo científico na segunda metade do século XX, ainda são frequentes as recusas em se discutir raça e racismo, geralmente pautadas por argumentos a-históricos sobre igualdade biológica. É preciso ainda sublinhar que raça não é “objetiva, inerente ou fixa, não corresponde a uma realidade biológica ou genérica; na verdade, raças são categorias que a sociedade inventa, manipula ou aposenta quando conveniente” (DELGADO, STEFANCIC & HARRIS, 2017, p. 9, trad. livre). Entretanto, como acontece na maioria das esferas da atividade humana, seu impacto se dá nas trocas simbólicas que criam, reforçam ou contestam relações de poder. Raça, neste sentido efetivo e na práxis pode ser vista como “um fenômeno social *sui generis* no qual sistemas contestados de significado servem como conexões entre características físicas, faces e personalidade” (LÓPEZ, 2013, p.240, trad. livre).

É particularmente relevante sublinhar este ponto da TRC por considerar que a presença ou ausência de variáveis e identificação de leituras raciais por produtores e usuários de sistemas informacionais *online* também não é um dado fixo, mas em constante reinvenção e controvérsias. O significado de raça, racismo e processos de racialização se transforma na relação entre informação e corporificação nas tecnologias digitais de comunicação, biometria e vigilância, que possuem fronteiras cada vez menos nítidas.

Uma postura comum das plataformas de mídias sociais é esconder o caráter explícito de raça, mas permitir suas manifestações ou manipulações através de *proxies* ou atalhos por atores específicos. Sweeney (2013), por exemplo, identificou o direcionamento de anúncios discriminatórios a afro-americanos através do uso de nomes

próprios de cultura negra e africana no buscador Google. Por outro lado, a oferta de conteúdo de mídia em bancos de imagens como Shutterstock traz como resultado famílias e representações brancas – apenas depois de mobilização de grupos como uma ONG brasileira o site incluiu a variável de raça/etnia como filtro no buscador⁸.

A escolha de inclusão ou exclusão de variáveis raciais em interfaces de busca de conteúdo ou anúncios é contextual e deve ser vista como variável analítica relevante. Um dos casos mais relevantes neste sentido foi a denúncia feita pela ProPublica, em 2016, de que o Facebook permitia excluir racialmente públicos em anúncios de habitação, prática proibida desde 1968 nos EUA. Mais chocante foi a estratégia de defesa: a plataforma alegou que as opções tratavam apenas de “Afinidade Multicultural” mas a exclusão só poderia ser realizada nas categorias Afro-Americanos, Asiáticos-Americanos e Hispânicos. Caucasianos/brancos, porém, não se configurava como uma categoria possível no sistema, gerando um dos casos mais explícitos de *design* discriminatório que se desenrola desde então (SYLVAIN, 2018).

Desse modo não só as interfaces digitais para os usuários comuns quanto as possibilidades ou impossibilidades para os usuários corporativos de exercer influência e construir mensagens de forma racializada são apresentadas de forma intencionalmente confusas pelas plataformas, aproveitando-se do fato que “a velocidade com a qual as funcionalidades de tecnologias da comunicação podem evoluir levam a um estado persistente de retardamento entre percepção e realidade” (NAPOLI & CAPLAN, 2018, p. 157).

Interseccionalidade

A perspectiva interseccional nasceu na interface entre Teoria Racial Crítica e estudos feministas a partir de uma proposição de Kimberlé Crenshaw (1989). A autora partiu de casos de batalhas legais sobre discriminação laboral nos EUA, onde já existia alguma sensibilidade e precedentes para análise do papel do racismo e do machismo de forma isolada. Mas a intersecção entre duas ou mais opressões, que penaliza mulheres negras, por exemplo, não era considerada em suas particularidades. Para Crenshaw, a “adoção

⁸ <http://desabafosocial.com.br/blog/2017/06/12/desabafo-social-interfere-no-mecanismo-de-busca-do-maior-banco-de-imagem-do-mundo/>

de *frameworks* de questão-única não apenas marginaliza as mulheres negras nos próprios movimentos que as clamam como parte constituinte mas também torna o objetivo ilusivo de acabar com o racismo e patriarcado ainda mais difícil de atingir” (1989, p. 152, trad. livre).

A relevância da interseccionalidade, portanto, levou pesquisadoras e pesquisadores a elaborar a partir dessa prerrogativa, entendendo a relação entre categorias e marcadores de diferença quanto a raça, gênero, classe, origem geográfica, neuroatipicidade, status de cidadania e outros. Nos estudos de objetos de comunicação, a ingerência do digital na vida cotidiana evoca alertas específicos sobre o papel da interseccionalidade. Na medida em que a privatização da internet complica a dataficação, o neoliberalismo enfraquece avanços sociais e o capitalismo de dados se insere na gestão do cotidiano, como aponta Cottom (2016). Ao estudar o modo pelos quais faculdades privadas online direcionam atividades e comunicação a estudantes negras marginalizadas, aponta que suas “atividades classificatórias não apenas reproduzem classes sociais, mas também intersectam planos de raça, classe e gênero. Focar nos processos pelos quais atenção é estratificada usando *affordances* técnicas como geradores de leads e algoritmos de busca pode clarificar estes processos” (COTTOM, 2016, p.225, trad. livre).

Mais do que uma prerrogativa programática, a interseccionalidade se torna também aspecto inerente do método da TRC. Ao revisar a contribuição do pensamento de mulheres negras para a comunicação no Brasil, Correa e colaboradores apontam a partir dos desdobramentos de Crenshaw que

a emergência dos discursos, expressões e formas de conhecimento dos sujeitos marginalizados permitem a compreensão de aspectos estruturais e complexos das interações sociais de forma mais ampla. Desse modo, partindo das práticas de deslegitimação discursiva e violência epistêmica como mecanismos do racismo, sexismo e demais formas de opressão estruturais e estruturantes, estas práticas se ramificam em toda a sociedade, organizando todos os espaços de poder e visibilidade (CORREA et al, p.156)

Interseccionalidade é essencial, portanto, para entender como o capitalismo se reinventa para manter e aproveitar ao máximo a “subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça” (CRENSHAW, 2002, p.14). Do ponto de vista empírico da disciplina e ferramental das humanidades digitais, o projeto interseccional “pede que comecemos com as especificidades de um conjunto de dados,

identifiquemos as camadas de diferença que intersectam com estes dados e usemos o conhecimento como base para o desenho do projeto” (RUSAM, 2015, p.30, trad. livre). Essas camadas de diferença são relevantes para a compreensão de como um dos temas de pesquisa mais relevantes da comunicação digital hoje – os algoritmos e seus vieses nocivos (OSOBA & WELSER IV, 2017). Estes últimos são efetivamente inscritos em tecnologias muitas vezes por omissão direcionada por uma falta de noção de alteridade de desenvolvedores e engenheiros de computação (ALI, 2013).

Quem produz as tecnologias? Quem escreve os códigos? Qual o usuário-padrão imaginado por estas pessoas? Uma perspectiva interseccional formula estas questões sobre os objetos de pesquisa – e sobre os pesquisadores. Entre as principais empresas do Vale do Silício, por exemplo, a mediana de profissionais negros é de apenas 2,5%, enquanto representam cerca de 14% da população estadunidense⁹. Os olhares que um grupo minorizado pode ter sobre um determinado problema pode, com frequência, abrir as caixas-pretas de um determinado sistema, como veremos no caso de Buolamwini & Gebru (2018) na próxima seção. O conceito de “lugar de fala”, popularizado para além da academia nos últimos anos no Brasil em grande medida por feministas negras (RIBEIRO, 2017) se aproxima de preocupações interseccionais sobre os objetos de análise, mas também sobre seus sujeitos. De forma similar, Pompper investiga o conceito de “diferença” nas Relações Públicas, a partir das propostas da TRC, e descobriu ser especialmente raros os trabalhos escritos por “pesquisador que explicitamente descreva seu ou sua raça, etnia e cultura compara aos participantes do estudo ou que descreva esforços para endereçar diferença a fim de minimizar vieses potenciais” (POMPPER, 2005, p.154, trad. livre).

Conhecimento experiencial

O reconhecimento do ponto de vista da população e dos pesquisadores negros e de minorias políticas e sexuais como agentes de construção de conhecimento também é um pilar da Teoria Racial Crítica. Essa alteridade experienciada continuamente no cotidiano parte de uma dualidade constante entre o pensamento, oralidades e escrita sobre si por

⁹ Dados combinados a partir da Comissão de Iguais Oportunidades em Emprego dos EUA e de crowdsourced, compilados em <https://www.revealnews.org/article/heres-the-clearest-picture-of-silicon-valleys-diversity-yet/>

parte da população negra em contraposição aos ideais totalizantes do positivismo. Para além disto, pesquisadoras negras evocam a noção de “outro do outro”, ao tratar do ponto de vista ou lugar de fala (RIBEIRO, 2017), reconhecendo que “conceitos de sabedoria, conhecimento acadêmico e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e autoridades raciais” (KILOMBA, 2008, p.27, trad. livre).

Zuberi enfatiza este ponto ao tratar de como a Teoria Racial Crítica se desdobrou nas Ciências Sociais nos EUA advinda do Direito mas, a rigor, boa parte de pensadores negros desde o final do século XIX que escreveram sobre sociedade como o próprio W. E. B. Du Bois, Maria H. Stewart e Frederick Douglass pavimentaram o caminho do uso da fundamentação analítica para combater a supremacia branca na prática.

Assim como os pesquisadores marginalizados, mulheres e pessoas de cor frequentemente se engajavam na academia como agentes de mudança. Eles estavam preocupados em desafiar as hierarquias existentes e transformar as próprias perspectivas dos cientistas sociais. Eu faço este destaque para que possamos reconhecer que a TCR existia ainda antes que tivesse este nome. A emergência da TCR como um movimento intelectual e político é um momento fundamentalmente importante desta articulação. (ZUBERI, 2016, p.467)

A emergência recente de dois grupos de objetos na pesquisa em comunicação digital recente são exemplos do conhecimento experiencial de pesquisadoras negras dedicadas ao campo e da “função das histórias e da cultura e da maneira como as histórias são historicamente e socialmente posicionadas à medida que contamos” (FERREIRA, 2014, p. 245). Um deles é resultado da convergência entre três aspectos: a ascensão de pontos de vista de mulheres negras em espaços acadêmicos, a tendência de valorização da transição capilar como um resgate político da estética afro-brasileira e mídias sociais como espaço de agregação comunitária e contra-narrativas. Os prolíficos trabalhos sobre as comunidades relacionadas a transição capilar e cabelo afro nos últimos 5 anos, realizados por graduandas, pós-graduandas e pesquisadoras negras, mostram o uso do online na construção dessas comunidades e contra-narrativas estéticas. A partir de Crenshaw, por exemplo, Souza e Muniz concluem sobre universitárias da Unilab que “o empoderamento que a afirmação estética trouxe para elas possibilitou inclusive um questionamento maior das opressões a que estavam submetidas em contexto universitário e também geográfico” (2017, p. 97).

Sobre os desafios da invisibilidade, Buolamwini publicou diversos experimentos de análise de viés e discriminação algorítmica nos últimos anos, com destaque para dois

projetos. O primeiro deles (BUOLAMWINI, 2017; BUOLAMWINI & GEBRU, 2018) investigou APIs de visão computacional para entender vieses de raça e gênero na identificação de rostos e características como o próprio gênero e idade. Estas tecnologias, de corporações como IBM e Microsoft, são empregadas de aplicativos mobile de entretenimento a tecnologias de vigilância e, portanto, cada vez mais críticas nos fluxos de mensuração biopolítica. As pesquisadoras identificaram também um abismo na acurácia de identificação das variáveis, de um espectro que vai da precisão altíssima em fotos de homens brancos a taxas de erros enormes em fotos de mulheres negras. Além do artigo acadêmico, disponibilizaram o site *GenderShades.org* que explica claramente os principais resultados do experimento com páginas interativas, gráficos e vídeos. E desenvolveram um *dataset* mais eficiente que o usado por aqueles fornecedores de visão computacional. Depois de publicar os resultados, os fornecedores supracitados das tecnologias publicaram notas sobre os erros¹⁰. Um ano depois, a pesquisadora reproduziu o experimento nas APIs para conferir se os índices melhoraram (RAJI & BUOLAMWINI, 2019), identificando que o *gap* entre a acurácia diminuiu – também incluíram outros fornecedores, Amazon e Kairos, para comparação e expansão do impacto.

O fazer acadêmico nesta trajetória destes experimentos de Buolamwini, como pudemos ver, foi além da materialidade das métricas tradicionais de publicação e citações, incluindo divulgação científica e impacto mensurável. Ao “destacar o tema das disparidades de performance classificatória e amplificar consciência pública do problema, o estudo foi capaz de motivar empresas a priorizar a questão e gerar melhorias significativas” (RAJI & BUOLAMWINI, 2019, p. 6). Mas esta jornada começou antes, do ponto de vista experiencial da estudante. Em um TED de 2016, Joy Buolamwini comentou como, em uma demonstração de reconhecimento racial durante um evento,

a demonstração funcionou com toda a gente até chegar a minha vez. Provavelmente já adivinham. Não consegui detectar o meu rosto. Perguntei aos responsáveis o que é que se passava, e acontece que tínhamos usado o mesmo software genérico de reconhecimento facial. Do outro lado do mundo, aprendi que o preconceito do algoritmo pode viajar tão depressa quanto um download de arquivos da Internet.¹¹

¹⁰ IBM: <http://gendershades.org/docs/ibm.pdf> e Microsoft: <http://gendershades.org/docs/msft.pdf>

¹¹ https://www.ted.com/talks/joy_buolamwini_how_i_m_fighting_bias_in_algorithms/transcript?language=pt

A ênfase que a Teoria Racial Crítica dá, então, ao conhecimento experiencial não pode ser subestimada. Além do caso acima ter visto por milhões de pessoas no site da TED e ter motivado a pesquisadora, trata-se de um caso particular sobre o valor do conhecimento experiencial particular. Associado à destreza técnica e acadêmica posterior, este conhecimento permitiu que duas pesquisadoras sozinhas propusessem um sistema mais eficiente do que dezenas de desenvolvedores da IBM e Microsoft.

Transformação Social

O próximo pilar é imbricado nos anteriores e podemos evocar os casos citados. A prática política de transformação social, então, é outro pilar do movimento, uma vez que esta “mede progresso pelo avanço nos trilhos para a transformação social fundamental” (MATSUDA et al, 1993, pos.202, trad. livre). Desse modo, habilitar mudanças positivas da realidade social é uma prerrogativa da TRC. Se as tecnologias podem engendrar processos de racialização e injustiças, também é necessário “pressionar as fronteiras das políticas públicas de modo que a compreensão dos modos que a marginalização é mantida possa mudar substancialmente” (NOBLE, 2018, pos. 1301, trad. livre).

Em trabalho sobre websites de universidades e seu papel na representação e acolhimento de estudantes racializados nos EUA, Mungo pontua que “a presença ou ausência de pessoas de cor em websites de universidades, o texto que ocorre junto a suas imagens, os papéis que desempenham e as mensagens sobre raça são todos elementos importantes” (MUNGO, 2016, p.242, trad. livre). Interrogar os modos pelos quais estes websites são construídos é uma tarefa que envolve tanto a análise de representação dos personagens escolhidos quanto sua contextualização socio-histórica com dados quanto reflexão sobre o papel das universidades no combate às desigualdades.

Este chamado pelo trabalho “além dos muros da academia” não se trata de uma crítica ao acadêmico ou “academicismo” como se fosse uma posição ruim *per se*. Como apontam Ladson-Billings e Donnor, o desafio não é a rejeição do conhecimento acadêmico ou papel da universidade nem defender que todos devam seguir o lugar e o *ethos* acadêmico “mas reconhecer as identidades ‘de fora da academia’ que devemos

recrutar para nós mesmos a fim de sermos pesquisadores mais efetivos em nome de quem pode usar nossas competências e habilidades” (2008, p.298, trad. livre).

A comunicação como objeto e como fim se entrelaçam no olhar da TRC, uma vez que os ambientes digitais se tornam um local essencial para disputas de narrativas do ponto de vista da retórica dos ativismos e participação digitais e também do resgate de história, dados e informações ou, ainda, promoção de literacias digitais na interface com a educação (DANIELS, NKONDE & MIR, 2019). Uma “tecnologia do resgate” é o que define Gallon ao propor uma perspectiva negra sobre as humanidades digitais. Os esforços de “trazer a humanidade plena de pessoas marginalizadas através do uso de plataformas e ferramentas digitais” (GALLON, 2015, s.p., trad. livre) aproximam, para a autora, tanto projetos típicos de humanidades digitais quanto movimentações como o #BlackLivesMatter e casos de auditoria algorítmica como os citados.

Interdisciplinaridade

Por fim, como também o conceito de interseccionalidade já citado acima evoca, a interdisciplinaridade é considerada marca essencial para os objetivos de projetos calcados na Teoria Racial Crítica. Para Obasogie, “ligar métodos das ciências sociais com a teoria crítica racial fornece uma oportunidade notável de produzir pensamento acadêmico racial que seja tanto teoricamente sofisticado quanto empiricamente robusto” (OBASOGIE, 2013, p.185, trad. livre).

Ao transitar do Direito para Educação, História, Sociologia, Comunicação e outras disciplinas, a TRC demonstrou sua capacidade transdisciplinar que, justamente, pode ajudar a superar uma “literatura acadêmica hegemônica tende a tratar raça como um aspecto a-histórico, essencialista e despolitizado da identidade” (ALLEN, 2007, p.260, trad. livre). Mas, para além de inspirar programas de investigação em outras disciplinas, a TRC procura ir além para promover “uma análise mais abrangente e multifacetada de como raça, racismo e (des)igualdade racial se manifestam” (FERREIRA, 2014, p. 243). Uma vez que o digital espalhou-se para diferentes facetas semânticas e materiais da sociedade, merecem destaque propostas informadas pela TRC que se debruçam especialmente sobre o aspecto interdisciplinar, podemos citar a

Critical Technocultural Discourse Analysis e a aproximação ao conceito de “microagressões raciais”.

Desenvolvida pelo psiquiatra Chester Pierce nos anos 1970, a trajetória das pesquisas sobre microagressões tenta entender como racismo – e posteriormente outros tipos de opressões – se manifestam em agressões contínuas e aparentemente sutis no cotidiano de grupos minorizados. Aproximar da TRC permite que se vá “além da interação agressor-vítima e ilustra que estes atos racistas cotidianos possuem um propósito, sejam cometidos conscientemente ou não, de perpetuar e justificar um sistema amplo de dominação racial” (HUBER & SOLORZANO, 2014, p.18, trad. livre). Aplicada a estudos de racismo online e crimes de ódio em suas manifestações discursivas e algorítmicas, expande-se a tipologia clássica de microagressões para incluir desinformação e deseducação (TYNES et al, 2019; SILVA, 2019)

A Análise Tecnocultural Crítica de Discurso (*Critical Technocultural Discourse Analysis*) foi proposta por Brock (2012, 2016) e performa “análises do design virtual e material das tecnologias da informação com um olhar investigativo sobre a produção de significado através das práticas e articulações dos usuários em questão” (BROCK, 2016, p.2, trad. livre). O entendimento é que a CTDA busca abordar a Internet e objetos de mídia para pensar multimodalmente: infraestrutura, serviço, plataforma, aplicações, objeto, sujeito, ação e discurso são indissociáveis e o pesquisador parte da análise crítica não apenas de conteúdos, mas também como o meio evoca e materializa as relações de poder - e racialização - que formata os "usuários" e "produtores" em diferentes engajamentos com o fenômeno em questão.

Conclusões e desdobramentos

Buscamos, neste artigo, apresentar os principais pilares da Teoria Racial Crítica e colaborações possíveis para debates contemporâneos sobre objetos da comunicação digital, notadamente potenciais impactos de interfaces e algoritmos digitais em um mundo plataformizado e cada vez mais opaco.

A partir de seis dos pilares mais característicos da perspectiva da Teoria Racial Crítica, queremos promover – sem pretensões a universalismos ou perspectivas positivistas – seu “reconhecimento como um movimento, assim como através da

colaboração de indivíduos e tradições oriundas de outras disciplinas” (ZUBERI, 2016, p. 482). Concordamos com Silva e Pires quanto ao papel da TRC “questiona fatos que também são relevantes no Brasil ao se discutir a estrutura racialmente hierarquizada da sociedade e das instituições” (2015, p.68). As semelhanças entre a tradição estadunidense e o pensamento de pensadores negros brasileiros sobre raça permite “evidenciar tanto as estratégias e políticas antirracistas desenvolvidas pelos acadêmicos negros, como as estratégias de exclusão, silenciamento e apagamento articuladas pelo supremacismo branco – ambos em uma perspectiva transnacional” (FERREIRA & QUEIROZ, p. 218). Um projeto interdisciplinar que não veja a comunicação apenas como campo de formatos e meios por uma “tecnofilia acrítica” e possa buscar de fato seu valor social, cultural e político (SODRÉ, 2012).

Em trabalhos vindouros se buscará a diversificação do debate sobre os pilares da TRC no campo, fenômenos, objetos e redes da comunicação digital, com vista a somar aos esforços de conexões epistemológicas das similaridades e problemas em comum das populações afrodiáspóricas.

Referências Bibliográficas

- ALI, Syed Mustafa. Race: the difference that makes a difference. **tripleC: Cognition, Communication, Co-operation**, v. 11, n. 1, p. 93-106, 2013.
- ALLEN, Brenda J. Theorizing communication and race. **Communication Monographs**, v. 74, n. 2, p. 259-264, 2007.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BROCK, André. From the blackhand side: Twitter as a cultural conversation. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 56, n. 4, p. 529-549, 2012.
- BROCK, André. Critical technocultural discourse analysis. **New Media & Society**, v. 20, n. 3, p. 1012-1030, 2016.
- BUOLAMWINI, J. **Gender shades: intersectional phenotypic and demographic evaluation of face datasets and gender classifiers**. 2017. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology.
- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: Conference on Fairness, Accountability and Transparency. 2018. p. 77-91.
- CORRÊA, L. G.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M; FURTADO, L.. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169.
- COTTOM, T. M. Black cyberfeminism: Ways forward for intersectionality and digital sociology. In: Daniels, J.; GREGORY, K.; COTTOM, T. M. (eds). **Digital Sociologies**. Bristol (Reino Unido): Policy Press. pp. 233, 2016.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. In: **Feminist legal theory**. Routledge, 2018. p. 57-80.

- DANIELS, Jessie. Race and racism in Internet studies: A review and critique. **New Media & Society**, v. 15, n. 5, p. 695-719, 2013.
- DANIELS, Jessie. the algorithmic rise of the “alt-right”. **Contexts**, v. 17, n. 1, p. 60-65, 2018.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de Línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.
- FERREIRA, Gianmarco Loures; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 201-229, 2018.
- GALLON, Kim. Making a case for the Black digital humanities. **Debates in the Digital Humanities**, p. 42-49, 2016.
- HUBER, Lindsay; SOLORZANO, Daniel G. Racial microaggressions as a tool for critical race research. **Race Ethnicity and Education**, v. 18, n. 3, p. 297-320, 2015.
- LADSON-BILLINGS, G.; DONNOR, J. K. Waiting for the Call: The Moral Activist Role of Critical Race Theory Scholarship. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; SMITH, Linda Tuhiwai (Ed.). **Handbook of critical and indigenous methodologies**. Sage, 2008.
- LÓPEZ, Gerardo R. The (racially neutral) politics of education: A critical race theory perspective. **Educational Administration Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 68-94, 2003.
- MATSUDA, Mari J.; LAWRENCE III, C. R.; DELGADO, R.; CRENSHAW, K. W. Words that wound: Critical race theory, assaultive speech, and the first amendment. Nova Iorque (EUA): Routledge, 1993.
- MUNGO, Monita H. Deconstructing racism on college websites. In: Daniels, J.; GREGORY, K.; COTTOM, T. M. (eds). **Digital Sociologies**. Bristol (Reino Unido): Policy Press. pp. 233, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism**. nyu Press, 2018.
- OBASOGIE, Osagie K. Foreword: critical race theory and empirical methods. **UC IRVINE L. REV.**, v. 3, p. 183, 185, 2013.
- OSOBA, Osonde A.; WELSER IV, William. **An intelligence in our image: The risks of bias and errors in artificial intelligence**. Rand Corporation, 2017.
- POMPPER, Donnaly. "Difference" in Public Relations Research: A Case for Introducing Critical Race Theory. **Journal of Public Relations Research**, v. 17, n. 2, p. 139-169, 2005.
- RAJI, I.; BUOLAMWINI, J.. Actionable auditing: Investigating the impact of publicly naming biased performance results of commercial ai products. In: AAAI/ACM Conf. on AI Ethics and Society. 2019.
- RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?**. Letramento Editora e Livraria LTDA, 2017.
- SILVA, Caroline Lyrio; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. In: *Paper apresentado no XXIV Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI*. Mesa Direito dos Conhecimentos. Belo Horizonte – MG, 2015.
- SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS. Salvador, Bahia, Brasil. 2019.
- SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 11-27, 2012.
- SOUZA, Ana Lucia Silva; MUNIZ, Kassandra da Silva. Descolonialidade, performance e diáspora africana no interior do Brasil: sobre transições identitárias e capilares entre estudantes da UNILAB. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 18(2), 2017.
- SYLVAIN, Olivier. **Discriminatory Designs on User Data**. Knight First Amendment Institute. 2018.
- TYNES, Brendesha M. et al. From Racial Microaggressions to Hate Crimes: A Model of Online Racism Based on the Lived Experiences of Adolescents of Color. **Microaggression Theory: Influence and Implications**, p. 194-212, 2018.
- ZUBERI, Tukufu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 238, p. 464-487, 2016.